

INTRODUÇÃO

Os processos especiais de divisão de coisa comum e de prestação de contas assumem peculiaridades adjetivas e convocam a aplicação de diversos regimes de direito substantivo cuja articulação nem sempre é singela.

No âmbito da lecionação de tais matérias no CEJ, elaborámos uns sumários desenvolvidos com vista a facultar aos auditores elementos de estudo, tanto mais que estes processos especiais não tinham sido objeto de análise sistematizada e atualizada.

Na edição de 2016, atentas as alterações introduzidas pelo CPC de 2013, procedemos a uma revisão e atualização integral do texto originário, sempre numa abordagem eminentemente jurisprudencial e pragmática, tentando – tanto quanto possível – analisar as questões na ótica do operador judiciário.

Na segunda edição de 2020, fizemos uma atualização da obra no confronto da jurisprudência e doutrina entretanto publicadas, sempre no intuito de facultar ao leitor um manual prático, tão completo quanto possível, sobre estes dois processos especiais.

Nesta terceira edição de 2023, demos continuidade ao esforço de atualização da jurisprudência e doutrina entretanto publicadas, tendo acrescentado um índice analítico que facilita a consulta expedita da obra.

É, pois, a renovada expectativa da utilidade do texto que justifica esta terceira edição.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
PROCESSO ESPECIAL DE DIVISÃO DE COISA COMUM	
1. ENQUADRAMENTO DE DIREITO SUBSTANTIVO	9
1.1. A compropriedade e a divisão	9
1.2. Compropriedade, herança jacente e herança indivisa	13
1.3. Bens comuns do casal e bens adquiridos em compropriedade	18
1.4. Prédio urbano e prédio rústico	21
1.5. Indivisibilidade natural	28
1.6. Indivisibilidade convencional	30
1.7. Indivisibilidade legal	31
1.8. Fracionamento de prédios rústicos	34
1.9. O loteamento	47
1.10. O regime excepcional das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.	58
1.11. A constituição da propriedade horizontal	62
1.12. A usucapião	67
2. QUESTÕES DE ÍNDOLE PROCESSUAL	79
2.1. Valor da ação	79
2.2. Registo da ação	80
2.3. Tribunal competente	81
2.4. Legitimidade	83
2.5. Desistência do pedido e da instância	86
2.6. Causa prejudicial	87
2.7. Ineptidão da petição inicial	90
2.8. Erro na forma de processo	92
2.9. Transação e uso anormal do processo	94
2.10. Penhora e divisão de coisa comum	98

3. TRAMITAÇÃO DA ACCÃO	101
3.1. Tramitação no caso de divisibilidade material	102
3.1.1. Petição inicial	102
3.1.2. Citação	105
3.1.3. Contestação	105
3.1.3.1. Decisão segundo o modelo incidental	107
3.1.3.2. Decisão segundo o modelo de processo comum	108
3.1.4. Revelia operante	109
3.1.5. Revelia inoperante	110
3.1.6. Admissibilidade de reconvenção	110
3.1.7. Fase de fixação de quinhões	118
3.1.8. Fase da conferência de interessados	121
3.2. Tramitação no caso de indivisibilidade material	122
3.2.1. Petição inicial	123
3.2.2. Citação	123
3.2.3. Contestação	123
3.2.4. Revelia	123
3.2.5. Termos subsequentes da fase declarativa	123
3.2.5.1. Havendo contestação ou revelia inoperante	123
3.2.5.2. Em caso de revelia operante	124
3.2.5.3. Conferência de interessados	125
3.2.5.4. Fase da venda	126
3.3. Direito de preferência do consorte	128
3.4. Inexistência do direito de remição	130
3.5. Direito de preferência do arrendatário	131
3.6. A sentença como título executivo	135

PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

4. DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR CONTAS	139
4.1. Cônjuge	146
4.2. Administrador do condomínio	150
4.3. Cabeça de casal	153
4.4. Mandatário	160
4.5. Depósito bancário	161
5. LEGITIMIDADE	163
6. PRESCRIÇÃO	167
7. VALOR DA AÇÃO	171
8. TRIBUNAL COMPETENTE	173

9. ERRO NA FORMA DO PROCESSO	177
10. TRAMITAÇÃO	181
10.1. Petição inicial	181
10.2. Citação	182
10.2.1. O Réu nada faz	182
10.2.2. O Réu apresenta as contas	194
10.2.3. O Réu contesta a obrigação de prestar contas	198
10.3. Admissibilidade de reconvenção	202
10.5. Sentença	207
BIBLIOGRAFIA	211
ÍNDICE ANALÍTICO	215